

VIOLÊNCIA DAS/NAS ESCOLAS E A AÇÃO DA POLÍCIA MILITAR: UMA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

VIOLENCE OF/IN SCHOOLS AND THE ACTION OF THE MILITARY POLICE A PERSPECTIVE OF PUBLIC SECURITY WITH CITIZENSHIP

Reginâmio Bonifácio de Lima^{1*}; João Marques do Nascimento²

1. Professor EBTT de História, Membro da Academia Acreana de Letras e Pesquisador no LEEHAp da da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil;
2. Professor de História e aluno CHOA do CIEPS, Rio Branco, Acre, Brasil

* Autor correspondente: e-mail: reginamiobonifacio@yahoo.com.br

Recebido: 30/12/2017; Aceito: 10/07/2018

RESUMO

A violência escolar é todo ato ou ação de violência, comportamento, agressivo e antissocial, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalização, discriminação, dentre outros, praticados tanto na e pela comunidade escolar quanto na e pela a sociedade em geral. Com este trabalho objetivamos analisar a violência em ambiente escolar, como ela se apresenta especialmente na perspectiva de distinguir a violência das escolas e nas escolas, para perceber qual deve ser a atuação da Polícia Militar do Acre em meio a esses contextos. A Polícia Militar tem sido de fundamental importância para a segurança nas escolas de Rio Branco por sua atuação de forma ostensiva e preventiva; e, ao atuar em ambiente escolar, tem como alvo os adolescentes, jovens e adultos, efetuando palestras e atividades lúdicas atrativas para os estudantes, com foco no bom relacionamento interpessoal, cidadania, respeito ao próximo e, como estar longe das drogas e da violência. Ao rever a literatura sobre violência das e nas escolas, há o ensejo em verificar qual a postulação do papel constitucional de prevenção da Polícia Militar no ambiente das relações de ensino, bem como a ação de repressão de conflitos que ensejem a presença policial.

Palavras-Chave: Violência; Escola, Polícia Militar; Segurança Pública; Cidadania.

ABSTRACT

School violence is any act or action of violence, behavior, aggression and antisocial, including interpersonal conflicts, property damage, criminal acts, marginalization, discrimination, among others, practiced both in and by the school community as well as in society and in general. This work seeks to analyze violence in a school environment, as it presents itself especially in the

perspective of distinguishing violence from schools and in schools, in order to understand what should be the performance of the Acre Military Police in the midst of these Contexts. The Military Police has been of fundamental importance for the security in the schools of Rio Branco, for its acting in an ostensive and preventive way. And, when acting in a school environment, is aimed at adolescents, youths and adults, giving lectures and playful activities that are attractive to students, focusing on good interpersonal relationships, citizenship, respect for others, and being away from drugs and violence. When reviewing the literature on violence in and in schools, there is the opportunity to verify the postulation of the constitutional role of prevention of the Military Police in the environment of teaching relationships, as well as the action of repression of conflicts that lead to police presence.

Keywords: Violence; School, Military Police; Public Security; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a polícia na escola está associada com a questão da autoridade dos adultos, levando a uma reflexão não somente sobre o papel que se espera que professores e demais educadores assumam em relação aos alunos, mas também sobre o tipo de preparação que esses adultos estão recebendo para fazer face às novas situações que têm de enfrentar. A escola é, por excelência, local de aprendizagem e constituição do indivíduo como cidadão. Contudo, a escola tornou-se um lugar onde efetivamente ocorrem agressões e situações envolvendo violências [1].

Neste trabalho busca-se desenvolver a temática da violência das/nas escolas e a atuação da Polícia Militar em uma perspectiva de segurança pública.

Ante ao exposto surge uma problemática: até que ponto deve ocorrer a atuação da Polícia Militar ante ao contexto de violência das/nas escolas?

Antes de conceitos ou definições, precisa-se ter em conta quais são os elementos causadores dessa violência e de que forma educadores e comunidade podem contribuir para amenizar o problema. Viana [2] faz uma abordagem investigativa do fenômeno como condição necessário à solução. Pedro Silva [3] afirma que falta de afeto, valores, e modelos positivos sociais, assim como o abandono e negligência por parte dos pais, podem contribuir para que crianças e adolescentes se tornem violentos.

Como hipótese ao problema que se apresenta há a percepção de que a Polícia Militar do Acre necessita ter claros os eixos norteadores que preceituam sua atuação ante a crescente violência das/nas escolas do Estado do Acre; e, que as atuações policiais de prevenção e educação social em ambiente escolar surtem maior efeito concreto que as ações repressivas de ação repressora de violência das/nas escolas e, por isso, devem ser enfatizadas pela Polícia Militar.

Com este trabalho, objetiva-se analisar os princípios norteadores da atuação policial militar ante a violência ocorrida no ambiente das/nas escolas. Especificamente, distinguir a violência das escolas da violência nas escolas, com a finalidade de perceber nas práticas escolares as ações e os procedimentos que a polícia pode ensinar em ambiente escolar; incorporar a pesquisa de revisão como metodologia de ensino-aprendizagem, criando estratégias de atuação em ambiente escolar através da relação entre teoria e prática; e, compreender a ação da Polícia Militar em ambiente escolar, com senso crítico e com autonomia intelectual, contribuindo para as transformações da realidade local e estadual.

O Policiamento Escolar é fundamental para aproximar a Polícia Militar das escolas de Rio Branco. Visando à segurança da comunidade escolar, o policiamento ostensivo utiliza o diálogo e a valorização da harmonia nas relações humanas, com o objetivo de interagir dentro de perspectivas da filosofia de Polícia comunitária.

De igual modo, quanto à escola, é certo afirmar que sua função fundamental é promover a formação ética e intelectual das novas gerações, sendo o lugar precípuo onde se dá a educação formal.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal [4], “A educação, direito

de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa educação é proferida pela escola, que tem o papel de transmissão e construção do saber, formação de cidadãos que sejam capazes de respeitar o direito das demais pessoas e contribuir com a comunidade.

As escolas têm sido assoladas pela violência. Há uma onda crescente de atos de indisciplina que culminam, em última instância, em homicídios em ambiente escolar. Mas essa violência não é natural da escola, não naturalmente construída, há outros fatores envolvidos [5].

Percebe-se que os conceitos de violência descrevem-se como um fenômeno humano, culturalmente pelas civilizações, permeadas em suas modulações, tanto por fatores psicológicos como sociais e culturais. Sendo percebe-se o termo violência escolar como um problema que acomete o dia a dia da escola. Muitos problemas não podem ser resolvidos a curto prazo, mas é necessário que se busque uma solução coletiva para tal.

Além da violência física (contra pessoas e patrimônios), existe a violência simbólica (violência dos direitos e abuso de autoridade) e a incivilidade (humilhação, agressões verbais e falta de respeito).

O mesmo ocorre quando faltam mecanismos e equipamentos de segurança, o que faz a escola recorrer à polícia em situações em que a segurança está em risco, ou seja, embora presente, a polícia tem uma eficácia relativa na escola. Nesse âmbito, cabe refletir sobre a possibilidade de aprofundar a análise dos elementos que sugerem essa percepção.

Deve-se salientar que muitos estudos associam a violência escolar com um processo que começaria no âmbito familiar, como a falta de limites e referências da maioria dos adolescentes, a desestruturação familiar, as relações socioeconômicas, a exclusão social, ou melhor, a falta de acesso, o tráfico de drogas, a falta de oportunidades, o rápido crescimento biológico, o tempo livre e ocioso, falta de perspectivas, falta de um sonho.

Percebe-se que tanto Abramovay [6-7] quanto Prioto [8] tentam identificar as causas da violência escolar, bem como classificam e se referem ao assunto “violência escolar”, considerando que esta denominação é mais abrangente por englobar violência “na”, “da” e “contra” a escola. Sendo que a violência para ambos pode se expressar através dos seguintes fatores:

a) Violência física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além das diversas formas de agressões sexuais:

b) Agressão física: homicídios, estupro, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam.

c) Violência simbólica: verbal- abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; institucional- marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

d) Violência verbal: incivildades (pressão psicológica), humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação ou “bullying” [8].

Para Prioto [8] a violência “na” escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar; violência “contra” a escola é todo ato de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos e fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses atos de violência implicam tanto aos membros da escola como a comunidade e estranhos à escola; e, violência “da” escola, que se caracteriza como uma violência gerada pela instituição escolar e seus agentes através do trato a partir de regras e normas estabelecidas, sendo todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, os preconceitos (racismo), a desvalorização, a indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de

autoridade; exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim e outros.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada dentro de uma perspectiva de segurança pública com cidadania, tendo como suporte as formulações e a discussão social da propagação da experiência humana, como elemento fundante para a construção de um modo de vida comunitário, embasado no pensamento estrutural de Antônio Brunetta [9] e a perspectiva da construção identitária em ambiente escolar de Abramovay [6].

Adotamos uma metodologia do tipo qualitativo, uma vez que os dados dessa natureza permitem apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos enfocados nesta pesquisa, além de permitir analisar variados significados das experiências vividas no ambiente escolar, auxiliando a compreensão das relações sociais. Quanto à natureza da pesquisa, optamos por uma abordagem teórico-aplicada, aliando a investigação científica sobre a atuação da Polícia Militar em ambiente escolar e a construção de saberes voltados à aplicação prática.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa tem caráter revisor/explicativo, com vistas a registrar fatos referentes às práticas de

violências das e nas escolas, para analisá-los, interpretá-los e identificar suas causas. No contexto dos procedimentos, elegemos a abordagem de Antônio Brunetta [9], por ser este tipo de pesquisa social com base empírica que apresenta estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo atuante ou participativo.

Segundo Karine Couto [10], a presença da polícia nas escolas modifica a estrutura do estabelecimento escolar e que essa presença, em alguns casos, favoreceu à segregação e aos distanciamentos entre a escola e da comunidade onde estava inserida [10]. Destaca a autora que a presença da polícia militar na unidade de ensino, sem dúvida, é um tema polêmico, ainda sem consenso, marcado por ambiguidades entre professores, alunos, policiais e estudiosos que se interessam pelo assunto.

Não obstante seja perfeitamente observável a intensificação da relação polícia-escola, é preciso reconhecer que ainda há poucos estudos analisando como tem sido a qualidade dessa relação; isso, de certa forma, indica a existência de uma imensa lacuna não só teórica, mas também em termos de propostas de políticas públicas eficientes, correlacionadas a essas duas instâncias [11].

Há autores que afirmam que a violência escolar pode ocorrer em contextos nos quais a escola e o bairro de onde os alunos advêm não estão diretamente associados. Entretanto, há a necessidade analisar essa relação, que não é restrita ao ambiente escolar. Em geral, os conflitos internos são associados ou oriundos da situação de desorganização e violência do bairro no qual os estabelecimentos de ensino estão localizados. Isso tem reforçado a hipótese de que a violência escolar e o meio ambiente formam um par indissociável.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se falar de violência em ambiente escolar, precisa-se ter em vista que esse é um conceito muito amplo, presente em quase todas as sociedades e que só pode ser entendido de acordo com suas particularidades culturais, políticas, econômicas e psicossociais [8].

Em algumas comunidades, as escolas são protegidas por muros altos, vigilância armada, câmeras de segurança e agentes de portaria, o que nos remete a um pensamento produzido pelo sociólogo francês Michel Foucault [12], que em sua obra “Microfísica do Poder”, ao tratar dos discursos e dos sujeitos dessa interdiscursividade afirma que “Não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como

prisioneiros. Nesse sentido, é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões...” [12].

A comunidade escolar se defende como pode contra os atos de violência. A segurança das escolas, principalmente da rede pública, tem outras preocupações. Muitas vezes, as escolas contratam agentes privados de segurança, havendo vigias que exercem duas funções: a de porteiros e de protetores do patrimônio escolar. Isso revela que outro problema desses centros de ensino é a carência de pessoal encarregado por essa área.

Para Monlevade, não há receita mágica para garantir a segurança do ambiente escolar. Ela deve ser matéria de contínua discussão, principalmente nas reuniões de seu conselho deliberativo, em que o diálogo entre profissionais da educação, educandos e pais vai construir o caminho da solução dos mais complicados problemas. Mas, não nos esqueçamos: a segurança nas escolas depende de superarmos continuamente as violências na comunidade e na sociedade. Daí a necessidade de praticarmos também nossa cidadania, seja pelo engajamento nos movimentos sociais do bairro e da cidade onde moramos, seja pela participação em instâncias políticas mais amplas, que definem as regras da sociedade [13].

De acordo com Prioto [8] a palavra violência abrange um amplo conceito, que pode ser entendida como uma ação

diretamente associada a uma pessoa ou grupo, a qual interfere na integridade física, moral ou cultural de uma pessoa ou de um grupo. Considera-se que este fenômeno inerente à vida humana só pode ser explicado a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais, intrínsecas às sociedades humanas.

Existem formas e características para identificação da violência, seja ela doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afrodescendente, o homossexual. Esse fenômeno vem assumindo preocupações e inseguranças, pois o problema vem tomando proporções inéditas, adentrando escolas e instituições de ensino em geral, preocupando assim, diretores, alunos, professores, os pais e a sociedade.

Miriam Abramovay [7] parte do que ela chama de “vulnerabilidades sociais” para afirmar que “A pobreza (ou as diferenças de posse da riqueza), as carências de toda ordem, a falta de perspectiva de trabalho, as discriminações, a disseminação das drogas lícitas e ilícitas, tudo isso forma um “caldo de cultura” que leva às violências nas salas de aula, nos recreios, nos esportes, no entorno da escola, e que transbordam nas depredações.

Não se pode tratar a violência escolar a partir de uma única causa, uma vez que a

escola não é a única responsável pela solução do problema, mas toda a sociedade. Observa-se que as agressividades reproduzidas por alunos podem estar relacionadas ao que eles presenciam ou vivem dentro do convívio doméstico, familiar ou social.

Se faz necessário identificar os tipos de violência sofridas pelas crianças, para melhor compreender seus reflexos no ambiente escolar. A violência pode ser caracterizada como imposição de algo realizado por um indivíduo, grupo social a outro indivíduo, grupo social contra a sua vontade.

Dentre os mais variados motivos que podem causar violências rotineiras dentro das escolas, pode-se destacar a degradação ou desestruturação familiar. Uma criança que não é educada para respeitar os outros busca satisfazer suas vontades e, quando isso não acontece, ela se torna violenta, por possuir a violência como valor principal em sua personalidade. Deste modo, faltam modelos humanamente adequados, ou seja, não-violentos, para que os jovens possam segui-los como modelos positivos e dignos.

A mídia, por exemplo, é um instrumento que pode contribuir para que crianças e adolescentes reproduzam atos violentos. Percebe-se, portanto, que os meios de comunicações têm colaborado para que a violência seja vista de forma natural.

Quando uma criança é vítima de violência, além de reproduzi-la, pode reagir através de uma mudança brusca de comportamento. Apesar de a violência ocorrer dentro das escolas, não é gerada pela escola em si, mas por fatores externos: famílias desestruturadas, narcotráfico, conflitos sociais, dentre outros fatores.

A violência escolar são comportamentos destrutivos, agressivos, antissociais, de danos ao patrimônio, *bullying* e, até, antissociais, praticados em ambiente escolar ou por membros da comunidade escolar fora dos portões da escola. Essa violência pode ser analisada a partir de questões geográficas, comportamentais, etárias, dentre outras.

Ao perceber a violência escolar Prioto [8] afirma que ela se dá de quatro formas distintas: a violência física, que é produzida por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos contra a integridade de outro(s); a agressão física, que se efetiva por ferimentos, sangramentos e morte; violência simbólica, que se baseia no abuso do poder, discriminação e práticas de assujeitamento, violência verbal, exposta por incivildades, humilhações, intimidações e desrespeitos.

Segundo Monlevade [13], a escola, como o hospital, o quartel, a fábrica, vira espaço de controle, vigilância, onde todos são enquadrados em funções, têm de ter disciplina. Daí a violência instituída do

espaço escolar e dos educadores e a violência represada e revidada dos estudantes. Para que vença a ordem, fixam-se não somente regras de comportamento, como punições a desvios em relação a:

- a) Tempo: atrasos, ausências, interrupções de tarefas.
- b) Maneira de ser: grosseria, desobediência.
- c) Discursos: tagarelice, insolência.
- d) Corpo: sujeira, gestos disformes.
- e) Sexualidade: imodéstia, indecência.

De acordo com Charlot a violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Violência da escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam (Grifo nosso) [14].

Bernard Charlot [15] afirma que é preciso contextualizar o vandalismo no conjunto da “violência escolar”. Ele o separa em três formas de violência, as distinguindo como:

a) Agressões físicas: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes.

b) Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito.

c) Violência simbólica ou institucional: percurso escolar com reprovações, conteúdos sem sentido prático, desarticulação do currículo com o mundo do trabalho, relações de poder dos professores sobre os alunos, insatisfação dos educadores com salários [15].

Há ainda outro tipo de violência existente em ambiente escolar, a violência contra a escola, contudo, esse tema complexo tem um cunho mais repressivo e de ações de contingência, fugindo a premissa de ações de policiamento preventivo. Por esse motivo principal, esse tipo de violência não será objeto de nosso estudo.

Ressalta-se que existe diferença entre violência escolar e atos de indisciplina – este último não sendo objeto de atuação da Polícia Militar. Tanto a violência quanto a indisciplina são desafios para a escola na atualidade. Para Debarbieux [16] e Caldeira

[17], a indisciplina é configurada como quebra de regras estabelecidas por ambientes escolares, causando incômodos e perturbações em seu funcionamento – podendo essa indisciplina ser uma forma de manifestação contrária às exigências ou quebras de regras e valores que se contrapõem a adequação social.

A segurança na escola nem sempre é feita por policiais. Em várias escolas há servidores que atuam como auxiliares de ensino, porteiros, ou até mesmo seguranças. Em outras, há a função do segurança privado que atua na prevenção ao dano, depredação e/ou violência ao patrimônio público. Contudo, o mais comum é a utilização de equipamentos de vigilância remota, chamados de câmeras de segurança.

Ao estudar o funcionamento e a funcionalidade do monitoramento eletrônico em ambiente escolar no Estado de São Paulo, Rodrigues [18] descreve uma realidade que é visível em várias escolas públicas brasileiras. Primeiramente, a percepção de que os aparelhos instalados tendem a servir como vigilância que remonte primeiramente como ato punitivo do poder maior, no caso do Gestor da escola ou da Secretaria da Educação contra alunos, docentes, comunidade escolar e, finalmente, praticantes de crimes ou atos infracionais. Quanto a essa formulação de vislumbre do poder, Foucault [12] afirma que “Temos que deixar de

descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade”.

Para Rodrigues, as câmeras foram úteis por pouco tempo, em seguida, pela baixa qualidade das imagens obtidas, falta de manutenção e pela dificuldade de identificar os infratores foi, pouco a pouco, caindo em desuso enquanto prática de prevenção à violência. Ela elenca uma série de entraves verificados em sua pesquisa que evidenciam a precarização do uso das câmeras e a necessidade da readequação dos serviços de uso. Ela relata que para a funcionária, um dos motivos para ter ocorrido o furto, foi o fato de não haver alarmes na sala já que a eficácia das câmeras é questionável. Ela ainda disse ser difícil cuidar da escola, uma vez que faltam funcionários, e todos estavam sobrecarregados em suas funções, dificultando na segurança do prédio escolar. Ainda para a maioria dos funcionários entrevistados, se as câmeras funcionassem seriam um apoio ao serviço que se deveria realizar na escola, pois apenas um funcionário poderia cuidar da inspeção observando as filmagens, enquanto outros se ocupariam de serviços como a limpeza, etc. Os alunos acreditavam que as câmeras teriam uma função positiva na escola se fossem capazes

de identificar e punir tipos de preconceitos existentes na escola. Na verdade, gostariam que as câmeras assumissem um papel para o qual não foram pensadas [18].

Para Severino [19] – (...), a violência nas escolas é apenas consequencial. Atitudes como investimento em segurança, ou seja, medidas com vigias e câmeras são consideradas por alguns intelectuais como agravantes.

Segundo Silva [3], a UNESCO é a favor de que a comunidade faça parte da escola, como no caso do Rio de Janeiro e Pernambuco. Essa participação da comunicação deve ser orientada, sobretudo, para as famílias, incentivando-as a participar no processo de formação dos seus filhos.

Dado o exposto, fica o questionamento: até que ponto a Polícia Militar deve estar inserida em ambiente escolar? Qual deve ser seu papel? É certo que a Constituição Brasileira discrimina o papel e a Função da Polícia Militar quando reza em seu artigo 144, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)” e, no § 5º, “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” [4]. Como isso pode ser verificado na prática educacional em ambiente escolar?

Antes de observar o que foi dito, é necessário ressaltar obstáculos apresentados por parte dos policiais da corporação em sua aceitação ao ambiente escolar. No início do século XX, a imagem negativa estava ligada à origem da constituição da polícia e à baixa reputação de seus praças (os desclassificados do ouro) e mais recentemente, associa a imagem negativa da polícia ao período da Ditadura Militar de 1964 [20].

Vários teóricos discorreram sobre o assunto com pensamentos difusos e contundentes. De acordo com Borges [21], Turra afirma que a aceitação de policiais nas escolas se dá porque “[...] a força policial representa o Estado e tem o respeito dos estudantes. O constrangimento gerado pela presença do policial é menos nocivo do que o sentimento de impotência em relação à violência [...]”[21].

Há autores, como Guimarães [22], que afirmam que dentre as estratégias utilizadas para o enfrentamento à violência em ambiente escolar, a mais polêmica é a inserção de policiais dentro das escolas. Embora reconheça os pontos positivos trazidos, ele afirma que há necessidade de maior treinamento dos policiais para esse fim.

Vários programas de segurança escolar elaborados pelas instituições policiais têm tido pontos positivos, ocupando o espaço deixado pela ausência de políticas educacionais. Mas os policiais deveriam ser

mais bem treinados para administrar diferenças e conflitos. Dentro da corporação militar, a autoridade ainda deve ser respeitada de forma incondicional. E esse comportamento não é o apropriado para o ambiente educacional [22].

Diante desse quadro, vale refletir sobre algumas questões que indicam como se deu a passagem do mundo da rua para o mundo da escola. Observa-se que a ideia de “ethos masculino” inerente ao serviço policial militar torna explícita a crença em outros policiais e em parte da sociedade de que o trabalho de orientar e lecionar nas escolas causa uma perda do traço da cultura militar.

Há ainda certa discriminação por parte de quem trabalha nas ruas perante o policial escolar. Uma tendência de avaliar a eficácia do policiamento pelo número de ocorrências atendidas, prisões e de apreensões [23]. É claro que as orientações que fazem nas escolas com alunos e professores não entram no processamento.

Windson Oliveira [24] afirma que para os profissionais do policiamento escolar fixar-se exclusivamente no interior da escola é quase impossível. Como sua missão é conseguir “detectar” os desvios antes que ocorram, não tem como não penetrar no universo do aluno e, conseqüentemente, no da família e no da comunidade [25]. O resultado na necessidade de reformular as estratégias de

ações quanto ao policiamento escolar e regiões adjacentes.

É sabido que as escolas, nos últimos anos, enfrentam vários acontecimentos violentos, além de serem lugares de atos de vandalismo como pichações e depredações de seu patrimônio [9]. Em muitas escolas tem se tomado medidas de instalar câmeras de segurança como forma de coibir a violência em ambiente escolar, uma vez que a utilização desses aparelhos pretende adicionalmente combater a violência interpessoal e os crimes de vandalismo.

4. CONCLUSÃO

A escola foi pensada como espaço de socialização de novas gerações, operando no sentido da formação de humanidades capazes de viverem ativamente a vida social. No Brasil, o significado simbólico atribuído à escolarização esteve ligado às possibilidades de ascensão social. A satisfação de necessidades que permitam a formação de sujeitos autônomos para a vida pública e privada exige, em parte, a apropriação dos benefícios advindos da educação escolar.

O esgotamento do modelo de escolaridade voltada à mobilidade social convive com o enfraquecimento da capacidade socializadora da escola enquanto instituição de formação de novas gerações. Por essa razão, faz-se necessário propiciar outras formas de convivência e de novos

significados para o presente democrático no interior da vida escolar capaz de sinalizar alguns valores positivos às crianças, aos adolescentes e aos jovens.

Diante de tantas possibilidades, é importante não abrir mão, sobretudo da discussão do fenômeno violência dentro das escolas, com naturalidade, propiciando a interação de todos. É importante que a violência não seja vista como um mito, como algo longínquo, e sim como algo presente na sociedade e ao que todos estão sujeitos.

Muitos dos jovens violentos advêm de famílias desestruturadas, se consideramos que a família é a base da sociedade. Dessa forma, as abordagens em torno do tema foram orientadas no sentido de contribuir para uma tomada de consciência, de reflexão, sobre o que pode ser feito, sobre a complexidade que o fenômeno constitui.

Admitindo-se que para a manutenção da paz podem existir ações não somente de prevenção, mas também de repressão, que levem ao uso da lei, e, em última instância, à apreensão de menores e à prisão de maiores, em ambiente escolar. Essas ações são muito mais corriqueiras do que se imagina.

A forma como os policiais têm tratado a violência escolar passa por essa ambiguidade: manutenção da paz e policiamento ostensivo. Esses não são polos opostos. Ambos existem no ambiente escolar

com o objetivo de garantir a manutenção da ordem pública.

De acordo com os autores supracitados, a chegada da organização policial na escola não se deu com o consentimento de toda a comunidade escolar, o que provocou intensas discussões no interior da instituição escolar. As ambiguidades e divergências demonstram a necessidade de ampliar as discussões a respeito. É necessária a promoção de troca de experiências e formulações de propostas para inserção policial no ambiente da escola de modo que seja proveitoso e satisfatório para todos membros da comunidade escolar.

Se os casos associados à violência são relativos à criminalidade, entende-se que não caberia à escola tomar medidas para solucioná-los, mas sim à polícia, de quem se espera que cuide da segurança pública. Existem ações específicas para esse fim, o que pode dar a entender que o poder público considera a violência nos estabelecimentos escolares como um problema premente, que exige intervenção. Ainda dentro dessa discussão, é preciso estabelecer com clareza qual é a função da polícia com base na legislação.

A atuação da polícia em um ambiente educacional instiga os policiais (homens e mulheres) a se conhecerem enquanto seres humanos, enquanto os indivíduos que passaram, também, pela

experiência dos processos e de atos que visam à constituição de indivíduos que se correlacionam em ambientes de práticas sociais.

Por fim, o estudo dos papéis constitucionais da Polícia Militar e da educação escolarizada, analisados por estudiosos, na busca por perceber e distinguir os papéis de ambas frente à crescente violência em âmbito escolar, deixa claro que o estudo e aperfeiçoamento das práticas de ações ostensivas e repressivas do policiamento escolar pode ajudar a construir uma dimensão mais humana da polícia.

5. REFERÊNCIAS

- [1] ACRE. **Primeiro Levantamento sobre psicotrópicos e violência infanto-juvenil de Rio Branco**. Rio Branco (AC): PMAC, 2008.
- [2] VIANA, Nildo. Escola e violência. In: VIANA, N.; VIEIRA, R. (Org.). **Educação, cultura e sociedade: abordagens críticas da escola**. Goiânia: Edições Germinal, 2002.
- [3] SILVA, Pedro. N. **Ética, indisciplina e violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- [4] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- [5] CRUZ, Bianca Sales; SILVA, Luana Carla Torres da. **A contribuição do Proerd no combate a violência no cotidiano da escola de Ensino Fundamental Clínio Brandão**. Rio Branco: UFAC, 2004.
- [6] ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília (DF): Unesco, 2002a.

- [7] ABRAMOVAY, Mirian et alii. **Violências nas escolas.** – Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDES do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDES, Banco Mundial, USAIDE, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002b.
- [8] PRIOTO, E. P.; BONETI, L. W.. **Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola.** IN: Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009.
- [9] BRUNETTA, Antônio Alberto. **Autoridade policial na escola.** Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2006.
- [10] COUTO, Karine Gusmão do. **Violência e escola: o que pensam os diferentes atores sociais sobre a intervenção policial na instituição escolar.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
- [11] LIMA, Reginâmio B.; REIS, José A.. **Proerd Rio Branco: crianças e adolescentes de bem com a vida.** Rio Branco: Boni, 2007.
- [12] FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 24 ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- [13] MONLEVADE, J. A. **Segurança na sociedade e nas escolas.** 4 ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013.
- [14] CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, p. 432-442, 2002.
- [15] CHARLOT, Bernard; ÈMIN, Jellab. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** Sociologias. Porto Alegre: Armand Colin, 2002.
- [16] DEBARBIEUX, E. **Violência nas escolas e políticas públicas.** Brasília: UNESCO, 2002. 268p.
- [17] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34 /Edusp, 2000.
- [18] RODRIGUES S. A.. **Plano de segurança para as escolas do Estado de São Paulo: o controle eletrônico através das câmeras.** IN: Vigilância, Segurança e Controle Social. Curitiba: PUCPR, 2009.
- [19] LONGO, Malu. **Violência e medo rondam as escolas.** O Popular, Goiânia, p. 5, 18 nov. 2008.
- [20] ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia Civil de Pernambuco: O Desafio da Reforma.** Pernambuco: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- [21] BORGES, Evandro Geraldo Ferreira. **A violência nas escolas, o trabalho da formação ameaçado por uma questão de segurança pública.** 2003. 66f. Monografia (Especialização em Criminalidade e Segurança Pública) – Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- [22] GUIMARÃES, Áurea Maria. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade.** Campinas: Autores associados, 1996.
- [23] CUNHA, Fabrício Costa da. **Perfil da Violência nas Escolas de Rio Branco.** Rio Branco: UFAC, 2008.
- [24] OLIVEIRA, Windson J. M. **A policialização da violência em meio escolar.** Belo Horizonte: mimeo, 2008.
- [25] ACRE. **Companhia Independente de Policiamento Escolar.** Rio Branco: PMAC (mimeo), 2006.